



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

**CURSO/PERÍODO**

**DIREITO - 7º PERÍODO - DATA:**

## GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D

**Evitaríamos muitos males se déssemos à razão o direito da última palavra.**

**Siga as instruções:**

- Leia atentamente cada questão dessa avaliação antes de respondê-las e resolva usando caneta azul ou preta.
- Tenha bastante atenção para não rasurar o gabarito, pois a rasura implicará na anulação da resposta.
- A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos e da avaliação, não cabendo, portanto, esclarecimentos adicionais durante a realização da prova.
- **DESLIGUE OS CELULARES E DEMAIS APARELHOS ELETRÔNICOS.**

**Disciplina:** Direito Civil – Das Coisas I

**Professor:** Érica Cristina Molina

**Questão 01**

(2014 – FCC - TJ-CE) Nas ações possessórias, NÃO é cabível:

- (A) a cumulação, ao pedido possessório, de condenação em perdas e danos, fixação da pena para caso de nova turbação ou esbulho e desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento da posse do autor.
- (B) o deferimento imediato de manutenção ou reintegração possessória liminar, sem prévia audiência de seus representantes judiciais, nas ações propostas contra as pessoas jurídicas de direito público.
- (C) o rito ordinário, em nenhuma hipótese, por se tratar de demanda que obedece a procedimento especial.
- (D) o caráter dúplice da defesa oferecida pelo réu, alegando ter sido ele o ofendido em sua posse, demandando a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho perpetrados pelo autor.

**Questão 02**

(PGE-RN) Grupo de moradores sem-teto invadiu terreno pertencente ao Estado, que, a fim de recuperar a posse do imóvel, ajuizou, cerca de um mês depois, ação de manutenção de posse, instruída com prova da posse, do esbulho e da data de sua ocorrência. Requereu a concessão de liminar. Levando em conta o que dispõe o Código de Processo Civil no que toca às ações possessórias, ao receber a inicial, o Juiz deverá

- (A) Deferir, sem a oitiva dos réus, expedição de mandado liminar de manutenção de posse.
- (B) Indeferir a petição inicial, por inadequação da via eleita.
- (C) Conhecer o pedido como de reintegração e deferir, sem a oitiva dos réus, expedição de mandado liminar de reintegração de posse.
- (D) Conhecer o pedido como de reintegração e designar audiência de justificação prévia, tendo em vista não caber liminar, sem oitiva dos réus, quando for parte o poder público.

**Questão 03**

(2016 - CAIP-IMES) O Código Civil vigente dispõe sobre a aquisição da propriedade imóvel por meio da usucapião. Leia as assertivas abaixo e assinale a alternativa incorreta.

- (A) Aquele que possuir como sua, área urbana ou rural de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (B) Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- (C) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
- (D) Aquele que exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua

moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio integral, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

**Questão 04**

(2011 – VUNESP - TJ-RJ) Tício e Alberto são proprietários de uma fazenda. Parte dessa fazenda está ocupada por invasores. Tício propõe ação reivindicatória. Nesta hipótese, deverá o juiz

(A) determinar que Tício emende a inicial, incluindo Alberto na demanda, pois o autor da ação possui apenas uma fração ideal do imóvel, sendo-lhe defeso atuar na defesa de direito alheio.

(B) determinar que Tício emende a inicial, incluindo Alberto na demanda, por tratar-se de litisconsórcio unitário.

(C) receber a inicial, pois, na hipótese de condomínio, o bem pode ser defendido em juízo por apenas um dos condôminos.

(D) rejeitar a inicial porque, pela natureza da relação jurídica, o juiz terá que decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.

**Disciplina:** Direito Administrativo II

**Professor:** Nelson R. Oberlander

**Questão 05**

Assinale a opção que não constitui forma de provimento de cargo público, nos termos da Lei n.º 8.112/90:

- a) Readaptação.
- b) Aproveitamento.
- c) Recondução.
- d) Transferência.

**Questão 06**

Com relação ao vencimento e à remuneração dos servidores públicos, é certo que:

- a) A remuneração, em nenhuma hipótese, será objeto de arresto, seqüestro ou penhora.
- b) Vencimento é a remuneração do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- c) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.
- d) A remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

**Questão 07**

Constitui ato de improbidade administrativa, importando enriquecimento ilícito:

- a) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- b) Facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da lei que trata deste assunto.
- c) Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- d) Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

### Questão 08

Agente público pode ser condenado nas penas de improbidade administrativa por praticar, nessa qualidade, ato imoral que, além de não ter gerado prejuízo para a Administração, não reflete corrupção econômica?

- a) Sim, por ofensa, ainda que culposa, ao princípio da moralidade administrativa, de assento constitucional.
- b) Sim, desde que o ato de improbidade administrativa vise à satisfação de interesse pessoal do agente ou de terceiro.
- c) Não, porque a improbidade relaciona -se, sempre, com valores e questões materiais.
- d) Sim, porque a improbidade administrativa, embora dependa de uma ação ou omissão dolosa do agente público, prescinde da ocorrência de dano ao patrimônio público e de indício de corrupção econômica.

**Disciplina:** Direito Penal – Parte Especial V

**Professor:** Juliana Soller

### Questão 09

São requisitos das interceptações telefônicas, EXCETO:

- a) fins criminais, indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal;
- b) dispensabilidade da interceptação telefônica;
- c) crimes punidos com reclusão, necessidade de indicação do crime e da pessoa que serão objeto da interceptação;
- d) ordem do juiz competente;

### Questão 10

Acerca da interceptação telefônica, assinale a alternativa correta:

- a) A interceptação telefônica é a captação da comunicação telefônica por 3º, com conhecimento de um dos comunicadores e desconhecimento do outro.
- b) A interceptação telefônica é a captação da comunicação telefônica por um dos comunicadores e sem o conhecimento do outro.
- c) A interceptação telefônica é a captação da comunicação telefônica por 3º, sem o conhecimento dos comunicadores.
- d) A interceptação telefônica é a captação da comunicação ambiental por 3º, com conhecimento de um dos comunicadores e desconhecimento do outro.

### Questão 11

Conforme o disposto na Lei de Execução Penal, acerca da remição assinale a alternativa correta:

- a) O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.
- b) As atividades de estudo para fins de remição deverão ser desenvolvidas apenas de forma presencial e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.
- c) O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos não continuará a beneficiar-se com a remição.
- d) A contagem de tempo será feita à razão de 1 (um) dia de pena a cada 08 (oito) horas de frequência escolar.

### Questão 12

No tocante a progressão de regimes, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz;
- b) o preso que tiver cumprido ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, respeitadas as normas que vedam a progressão, fará jus ao benefício.
- c) A decisão será sempre motivada e precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor.
- d) É admitido a progressão *per saltum*.

**Disciplina:** Direito do Consumidor

**Professor:** Ilídia Aparecida Silva

### Questão 13

Isabela adquiriu uma blusa sem a testar previamente. Quando chegou a casa, descobriu que a blusa encontrava-se rasgada na frente. Retornou à loja no mesmo dia e foi informada de que deveria ter examinado o produto antes de comprá-lo e, como não o fez, a comerciante não realizaria a troca do produto. Com base nessas informações e analisando as assertivas abaixo,

- I. O comerciante encontra-se amparado pelo CDC, pois o vício aparente não é considerado vício do produto, conseqüentemente, ele não possui a obrigação de trocá-lo.
- II. O comerciante não se encontra amparado pelo CDC, pois o vício aparente é considerado vício do produto, conseqüentemente, ele possui a obrigação de trocá-lo.
- III. Caso a situação fosse diversa e a blusa adquirida não estivesse rasgada, porém, ao chegar a casa, descobrisse que adquiriu a blusa com a numeração menor do que deveria. Nesse caso, a situação encontra-se expressamente prevista pelo CDC e o comerciante possui a obrigação de trocá-la, já que não havia ultrapassado o prazo de sete dias.
- IV. Caso a situação fosse diversa e, ao tentar vestir a blusa, Isabela tivesse o rosto cortado por um alfinete que fora esquecido quando da costura da blusa. Nesse caso, de acordo com o CDC, há obrigação de o comerciante reparar os danos causados à Isabela.
- V. Caso a situação fosse diversa e, ao tentar vestir a blusa, Isabela tivesse o rosto cortado por um alfinete que fora esquecido quando da costura da blusa. Nesse caso, de acordo com o CDC, não há obrigação de o comerciante reparar os danos causados à Isabela.

verifica-se que estão corretas

- a) I e III.
- b) III e V.
- c) I e IV.
- d) II e V.

### Questão 14

Délia comprou, na empresa de comércio Charlie, 10 metros quadrados de porcelanato fabricado por Foxtrot, recebendo o produto encaixotado. Ao abrir as embalagens, verificou que parte do produto continha manchas que tornavam o porcelanato impróprio para a utilização pretendida pela consumidora, que requereu a substituição do bem. Charlie alegou, porém, que cabia a Délia ter analisado todas as peças no momento da entrega, tendo como política comercial não trocar produtos. Foxtrot sustentou que apenas o comerciante tem responsabilidade pela troca do produto. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor,

- a) Délia não tem direito à substituição do produto, pois é dever do consumidor rejeitar o produto no momento de sua entrega, necessariamente.
- b) apenas Foxtrot tem responsabilidade pelo vício do produto, devendo substituí-lo por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.

- c) Foxtrot e Charlie são solidariamente responsáveis pelo vício do produto, devendo substituí-lo por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.
- d) Charlie tem responsabilidade direta e Foxtrot subsidiária pelo vício do produto, devendo substituí-lo por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.

### Questão 15

No caso do fornecimento de maçãs a granel pelo "Supermercado Vende Bem", identificadas nas gôndolas do estabelecimento como produzidas por "Irmãos Santos & Cia. Ltda.", CNPJ 123.444.555/0001-00, em que houve a constatação técnica, pelo órgão oficial de fiscalização, de utilização de agrotóxicos permitidos para a referida cultura, mas utilizados além do limite máximo permitido pela ANVISA, quanto à Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço, assinale a alternativa correta.

- a) A responsabilização perante o consumidor é solidária, podendo esta ser imputada tanto ao estabelecimento comercial quanto ao produtor.
- b) Na situação descrita é responsável perante o consumidor exclusivamente o "Supermercado Vende Bem".
- c) Como o estabelecimento comercial havia procedido à identificação na gôndola acerca do produtor de maçã, apenas "Irmãos Santos & Cia. Ltda." deve ser responsabilizado perante o consumidor.
- d) Como o pesticida utilizado era permitido para aplicação no produto maçã, nem o estabelecimento comercial nem o produtor são responsáveis perante o consumidor.

### Questão 16

Sr. Z adquiriu um automóvel de luxo da empresa LR, tendo o bem vindo com defeito no sistema de freios. Constatou-se que o vício veio da fábrica e não poderia ser consertado, diante da sofisticação do sistema de computadores utilizado no automóvel.

De acordo com as regras do Código de Defesa do Consumidor, Sr. Z deverá receber

- a) valor em dobro do anteriormente pago.
- b) bem superior em qualidade ao adquirido.
- c) bem inferior com quitação total do preço.
- d) bem equivalente em condições de uso.

**Disciplina:** Direito Processual Civil III

**Professor:** Christiano F. da Silva Vitagliano

### Questão 17

Enquanto não ocorrer o trânsito em julgado o magistrado poderá conhecer algumas matérias sem a necessidade de provocação das partes, ou seja, conhecer de ofício.

Quanto à afirmação acima é correto afirmar:

- a) Compatibiliza-se à afirmação com a plena dispositividade.
- b) Em nome do princípio da provocação de jurisdição o magistrado para conhecer de qualquer matéria deve ser provocado, logo a afirmação é incorreta.
- c) Entendimento não pertinente ao pressuposto processual de existência.
- d) n.d.a

### Questão 18

O juiz não resolverá o mérito quando o processo ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes, bem como, ocorre quando não promove os atos e diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de trinta dias.

Quanto à afirmação acima é correta afirmar:

- a) A primeira parte da afirmação é verdadeira, todavia pode abandonar a causa por sessenta dias.
- b) É hipótese de sentença definitiva
- c) É hipótese de extinção do feito com análise meritória.
- d) N.d.a

### Questão 19

A apelação é recurso de natureza extraordinária utilizado nos processos de natureza civil, tendo por finalidade guerrear sentenças:

Quanto ao assunto, e conforme o novo CPC, é correto afirmar:

- a) A afirmação acima é incorreta pois não condiz com a apelação
- b) O juízo *a quo* exercerá o primeiro juízo de admissibilidade, e o juízo *ad quem*, o segundo.
- c) Cabe apelação das decisões interlocutórias
- d) N.d.a..

### Questão 20

A apelação tem efeito devolutivo e suspensivo, todavia, em algumas hipóteses há exceções:

Quanto à afirmação acima é correto afirmar:

- a) Tem efeito suspensivo no caso de sentença condenatória de alimentos.
- b) Tem efeito suspensivo sentença homologatória de demarcação de terras
- c) Tem efeito suspensivo sentença que decreta interdição.
- d) N.d.a.

**Disciplina:** OP II – Oratória e Comunicação  
Jurídica

**Professor:** Eliel Ribeiro Carvalho

### Questão 21

Os dois conceitos têm algumas semelhanças, porque os dois implicam habilidade no âmbito da comunicação. Um é mais abrangente e é independente da existência de uma plateia, tendo o claro objetivo de persuadir. O outro é considerado uma arte e também uma ciência. Isto porque tem uma vertente objetiva, com características específicas, técnicas e regras que podem ser aprendidas; e uma vertente subjetiva, como a personalidade e carisma. **O texto está referindo, respectivamente a:**

- a) ( ) oratória e retórica;
- b) ( ) retórica e oratória;
- c) ( ) retórica e eloquência;
- d) ( ) oratória e persuasão.

### Questão 22

Sobre manter o interesse do auditório por tempo prolongado, analise as assertivas e em seguida marque a alternativa correta:

I. Não existe assunto que, bem elaborado e bem conduzido, deixe de interessar ao auditório. Entretanto, sabemos que alguns são mais áridos do que outros e que por isso mesmo exige maior esforço de concentração do público.

II. Há recursos que poderão auxiliar a manter o interesse da plateia:

III. Procure preparar o ouvinte para receber as informações mais importantes. Faça isso com a ajuda de perguntas e reflexões como: “Qual a solução para esse problema?” ou “O que será que o nosso inimigo imaginou?” Assim, quando a informação for colocada, encontrará o auditório interessado em ouvi-la.

IV. Quando perceber demonstrações de cansaço nos ouvintes, conte uma história ou anedota descontraída, sem ligação com o conteúdo da matéria exposta. O cuidado que se recomenda é não desenvolver esse assunto marginal por tempo muito prolongado, para não perder completamente a concentração da assistência, pois nesse caso ela não conseguiria mais voltar a acompanhar o desenvolvimento da linha de raciocínio.

- a) ( ) há apenas uma assertiva correta.
- b) ( ) há apenas duas assertivas corretas.
- c) ( ) há apenas três assertivas corretas.
- d) ( ) todas as assertivas estão corretas.



**Questão 23**

O nome que se dá a sons desagradáveis aos ouvidos, formados muitas vezes pela combinação do final de um apalavra com o início da seguinte, que ao serem pronunciadas podem dar um sentido ridículo, ou apenas serem indistinguíveis entre si, como a exemplo: “boca dela; a vez passada”, etc, é:

- a) ( ) cacote;
- b) ( ) cacofania;
- c) ( ) gerundismo;
- d) ( ) gíria.

**Questão 24**

É uma expressão do âmbito jurídico, e está presente no Código de Processo Civil: "O juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegado pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento". Neste princípio, o juiz toma a sua decisão de acordo com padrões críticos e racionais. O texto está referindo a:

- a) ( ) oratória jurídica;
- b) ( ) fixação;
- c) ( ) elocução;
- d) ( ) persuasão racional.